

NOTA DE IMPRENSA

No âmbito de uma semana de formação internacional para combater a contrafacção

INFARMED divulga sondagem sobre os portugueses que compram medicamentos na Internet

O Infarmed divulga hoje, no âmbito de uma semana de formação sobre contrafacção subordinada ao tema “Boas práticas para combater a contrafacção farmacêutica e para proteger a saúde pública”, que organiza em colaboração com o Conselho da Europa, os resultados de uma sondagem sobre os portugueses que compram medicamentos na internet.

Os objectivos para a realização desta sondagem prendem-se com a preocupação de tentar aferir um possível perfil do comprador de medicamentos pela internet, sobretudo o que o faz em *websites* não autorizados, perceber o grau de conhecimento dos internautas sobre o tema e analisar os comportamentos de quem compra medicamentos desta forma.

A sondagem foi realizada no âmbito de uma preocupação emergente a nível internacional, a contrafacção de medicamentos, que encontra no canal internet o seu principal meio de distribuição tendo envolvido a participação de 800 inquiridos.

Esta é a primeira vez que se realiza um estudo deste género e constitui uma sólida fonte de informação e conhecimento sobre os hábitos de compra de medicamentos pela internet e poderá servir de base a outras acções de sensibilização para o problema.

Os principais resultados da sondagem demonstram que 6% dos internautas com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos já adquiriram medicamentos através da internet, para si ou para outra pessoa. As razões que levam à aquisição de medicamentos através deste canal, centram-se nos factores preço e comodidade.

Dos internautas nunca adquiriram medicamentos *online* foi possível apurar que tal se deveu à falta de confiança/segurança na qualidade dos produtos ou no serviço; nunca terem necessitado; preferência/hábito de ir à farmácia/parafarmácia; proximidade da farmácia (quer de casa quer do trabalho).

Entre os fins a que se destinam esses medicamentos, o primeiro lugar é ocupado pelos medicamentos para o emagrecimento (46%), seguindo-se-lhe os anti-depressivos (17%) e os que proporcionam para o aumento muscular (15%). Em menor número foram ainda referidos os medicamentos para disfunção erétil (6%) e doenças oncológicas (4%).

Estes resultados atestam que as encomendas não se cingem só às denominadas *life style drugs*, sendo possível encontrar dados que apontam para a compra ilegal de medicamentos denominados *life saving drugs*.

A maioria dos inquiridos (65%) que já adquiriram medicamentos através da internet dizem verificar se os *websites* são autorizados. No entanto, apenas cerca de 20% o fazem de forma correcta, consultando a página do Infarmed na internet. As outras formas que usam para verificar a autorização, que são incorrectas, prendem-se com supostos certificados de garantia existentes nos *websites* (19,5%), a indicações do médico (13%) e ainda à opinião de amigos ou dos outros consumidores (19,5%).

Cerca de 70% dos inquiridos têm conhecimento de que nem todos os *websites* que vendem medicamentos estão autorizados a fazê-lo mas, apesar da maioria (96%) dos que já adquiriram medicamentos *online* afirmarem ter conhecimento dessa situação, tal não os impediu de efectivar a compra.

Analisado a avaliação que os internautas fazem do seu grau de conhecimento sobre os riscos que correm ao adquirirem medicamentos em *websites* não autorizados, verifica-se estes atribuem a si mesmos um eevado conhecimento (74%). No entanto, algumas respostas na sondagem revelam comportamentos incoorrectos no acto da compra de medicamentos.

Tais comportamentos erróneos justificam a insistência do Infarmed sobre o tema da contrafacção e a sua aposta em campanhas de informação junto do público.

Nesse sentido, o Infarmed anuncia hoje que decorre desde o dia 11 de Janeiro uma nova edição da sua campanha “Não confie na Sorte, Confie no Infarmed” alertando para os perigos da compra de medicamentos em *websites* não autorizados, e que irá prolongar-se até ao final de 2010. Esta nova edição ocorre depois de uma realizada em 2008 e de uma outra campanha, em 2009, realizada por ocasião da operação Pangea II.

A campanha de 2010 decorre em exclusivo na internet e está a ser desenvolvida com recurso a *banners* nos principais *websites* de informação e de conteúdos relacionados com a saúde.

Recorre ainda às técnicas de *Search Engine Marketing (addwords)* que, através da associação de palavras-chave pesquisadas nos motores de busca (Google/Sapo), direccionam o utilizador para um *website* informativo sobre os perigos de comparar medicamentos na internet.

A divulgação deste estudo e da campanha ocorre no âmbito de uma semana de formação sobre contrafacção, subordinada ao tema “Boas práticas para combater a contrafacção farmacêutica e proteger a saúde pública”, organizada pelo Infarmed em colaboração com o Conselho da Europa, a decorrer no Hotel Altis, em Lisboa, entre os dias 19 e 22 de Janeiro.

Esta acção de formação tem duas vertentes: uma, internacional (dias 19 e 20), em que estarão presentes representantes de diversos Estados membros e observadores do Conselho da Europa; outra, nacional (dias 21 e 22), que além de representantes de Portugal, irá juntar representantes de países africanos e latino-americanos, nomeadamente autoridades nacionais com competência nesta matéria.

Nos dias dedicados à formação nacional assiste-se em Lisboa a uma acção de formação que junta, pela primeira vez, representantes de países africanos (como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde) e de países latino-americanos (Brasil, Chile, México e Peru), bem como autoridades nacionais com competência nesta matéria, nomeadamente Alfândegas, Fundação para a Computação Científica Nacional, responsável pelo registo de domínio .pt em Portugal, Ministério da Justiça e Polícia Judiciária bem como de formadores internacionais.

Estes últimos, em conjunto com os formadores nacionais, contribuíram de forma decisiva para estimular o debate e promover a troca de conhecimento proporcionada pela vasta experiência que em conjunto reúnem, quer de diferentes realidades quer de diversas áreas de actuação.

De sublinhar ainda a componente prática desta formação, concebida para envolver na solução de potenciais casos de contrafacção todos os presentes através de equipas mistas com representantes das três frentes de actuação em matéria de contrafacção (autoridades do medicamento, da polícia e da alfândega).

A escolha dos países presentes e o tipo de conteúdos abordados nesta acção de formação está intimamente ligada a um dos seus principais objectivos: aumentar a informação, percorrer o circuito regulamentar e investigacional da contrafacção, dando a conhecer boas práticas, meios e ferramentas disponíveis, debatendo em conjunto como retirar partido dos instrumentos ao dispor de cada autoridade.

Do ponto de vista nacional, esta será uma oportunidade para iniciar o trabalho pioneiro de lançar as bases de uma futura rede de colaboração sobre contrafacção, dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Infarmed no panorama internacional.

Gabinete de Imprensa do INFARMED, 21 de Janeiro de 2010

O INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de saúde, I.P. sob a tutela do Ministério da Saúde, é a autoridade reguladora nacional que avalia, autoriza, regula e controla os medicamentos de uso humano, bem como os produtos de saúde, designadamente os dispositivos médicos e os produtos cosméticos e de higiene corporal.

A sua principal missão é garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos medicamentos e dos produtos de saúde, prevenindo os riscos decorrentes da sua utilização, assegurando os mais elevados padrões de saúde pública e a defesa dos interesses do consumidor.